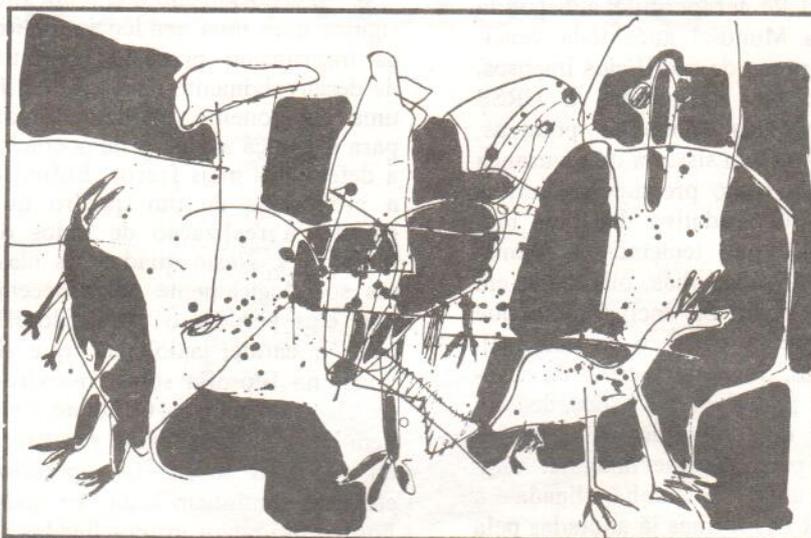


A BABEL SOVIÉTICA

Robert V. Daniels

Uma vez libertados dos reflexos condicionados de obediência a uma autocracia repressiva, os cidadãos do Império — hoje como ontem — responderam com uma verdadeira e própria orgia de comportamentos democráticos, ultrapassando o limiar mínimo de disciplina social no trabalho, na administração pública e no mundo militar



Felipe de Jesús Hernández

A política de Mikhail Gorbachov até agora tem registrado duas afirmações de alcance epocal e, ao mesmo tempo, duas derrotas graves.

Os sucessos, praticamente inéditos na história de qualquer país, consistem no dismantelamento da ditadura stalinista no plano interno, e no fim da competição entre superpotências no plano externo. Ambos os resultados foram obtidos sem o emprego da força. Destes sucessos nasceram, porém, duas conseqüências negativas: a paralisia praticamente total do sistema econômico e a dissolução virtual da União Soviética nas diversas nacionalidades que a constituem.

Paradoxalmente, as maiores ameaças à linha política de Gorbachov, agora, vêm exatamente daquelas forças que as suas reformas liberaram. Enquanto que no seu programa de reformas de 1985 a prioridade cabia à estagnação da economia soviética, Gorbachov se viu obrigado, há um ano de distância, a se concentrar na reforma

do sistema político. Tendo presente a lição da queda de Nikita Kruschov, o líder soviético teve que atacar o aparelho burocrático do PCUS, ou, pelo menos, sua capacidade de dificultar o programa de reformas e afastar o próprio reformador, isto é, ele.

Desde a metade de 1986 até o 28.º Congresso do partido, realizado em verão passado, a preocupação principal de Gorbachov foi a resistência que lhe era posta pelos setores conservadores da burocracia do partido. O seu sucesso eleitoral, que ampliou a sua base política do âmbito do partido ao inteiro eleitorado soviético, acabou por agudizar ainda mais as inquietudes e resistências no interior do aparelho, transformando-as numa verdadeira dialética de confrontação política progressiva.

Na medida em que era plenamente confirmado pelo 28.º Congresso, Gorbachov conseguia decapitar o partido, não mais o único detentor do poder, e o empurrava para as margens da política soviética. Paralelamente, foi capaz de construir uma nova base de poder, como presidente de um governo constitucional.

O fato de ter conseguido estes resultados, sem ter que ajustar contas com uma perigosa reação dos conservadores, demonstra a sua grande capacidade de manobra política. Permitindo que outros inovadores preparassem a opinião pública para as grandes mudanças e chegassem a criticá-lo pela sua lentidão, Gorbachov acabou por encarnar a última esperança dos conservadores. Esta posição permitiu-lhe avançar no caminho das reformas, infligindo outros duros golpes ao poder do aparelho do partido. É suficiente pensar a reforma constitucional de 1988 ou a eliminação do artigo 6.º da Constituição (sobre o papel privilegiado do Partido Comunista).

Ao mesmo tempo que esta tática conseguia desarmar o *apparatniki*, a atenção preponderante dada por Gorbachov às reformas políticas e à política externa jogava o país à deriva no terreno da economia e das relações entre nacionalidades, na medida em que a democratização e a glasnost fizeram explodir todos aqueles problemas que

Traduzido de Rinascita 42 (02/12/90) por Giovanni Menegoz.

o regime anterior tinha reprimido. Duas ordens de problemas que, além do mais, estão ligados entre si, na medida em que a exigência de autonomia e "soberania" por parte das repúblicas cria uma grande incerteza para o futuro de qualquer reforma econômica. A discriminação fundamental entre a proposta dos "500 dias" de Stanislav Shatálin e Grigori Yavlinsky, e a posição do governo, expressa pelo primeiro-ministro Nikolai Rijkov, consiste exatamente em quem deva haver a responsabilidade final na transição à economia de mercado, seja do governo central ou das Repúblicas individuais.

Uma preciosa análise das relações entre o problema das nacionalidades e a economia foi publicada no *Izvestia* (20.09.90) pelo historiador A. Migranyan, deputado do povo. Sublinhando "um duplo desmoronamento do centro" entre reformadores e conservadores, Migranyan observa que a esperança de sanear em primeiro lugar, a economia, convencendo para este fim as minorias a não se encaminhar na estrada da secessão, é uma perspectiva hoje impraticável. "O deslocamento do poder do centro às Repúblicas (...) tornou-se um obstáculo ao ingresso na economia de mercado e à continuação da democratização". Neste sentido, foi necessário reconhecer a responsabilidade das Repúblicas para levar adiante as reformas econômicas, deixando ao centro o papel de instituir um "Comitê de Coordenação" — uma antecipação daquele "Conselho Federativo" proposto por Gorbachov e voltado para o envolvimento dos líderes das repúblicas nos processos decisórios do governo central. A alternativa, segundo Migranyan, seria um "nacionalismo grão-russo, que significaria partir numa direção muito precisa, isolacionismo, não-aceitação das instituições e dos valores ocidentais". Parece alusão a um golpe militar de Estado — espectro agitado recentemente — hipoteticamente defendido por elementos conservadores do partido e intelectuais nacionalistas.

Ao mesmo tempo, o governo central e os governos das Repúblicas, sem as bases sólidas de uma demarcação constitucional precisa dos campos de ação respectivos — como as em vigor, por exemplo, nos Estados Unidos — parecem comprometidos na anulação recíproca de qualquer ato legislativo. Ultimamente, se abriu até um conflito entre Moscou como governo central, e Moscou como capital da República Russa, sobre o controle da televisão do Estado.

A exigência de "soberania" por parte dos russos e da Federação Russa significa, antes de mais nada, a extensão deste status jurídico a todas as quinze Repúblicas da União. E, com efeito, a República Russa, sob o comando de Boris Yeltsin, já começou a assinar tratados e acordos comerciais com as outras repúblicas como se se tratasse de outros estados soberanos. Mas para a grande República Russa, que representa mais da metade da população total e a maior parte do território nacional, esta redistribuição de poder não significa necessariamente uma descentralização: é mais uma transferência de poderes de uma rede de escritórios e funcionários públicos à outra, sempre moscovita. Yeltsin e o governo russo já têm os seus problemas no interior da Federação Russa, com a miríade de pequenas minorias nacionais que reclamam, por sua vez, a soberania e o controle sobre os recursos naturais dos respectivos territórios.

A controvérsia real entre os dois fulcros do poder central em Moscou é de natureza conceitual: o governo da Federação Russa — constituído um ano após o atual governo central, através de um processo eleitoral bem mais democrático — está muito mais diretamente engajado na descentralização e na transição à economia de mercado, e também na extensão do direito de autonomia a todas as repúblicas com relação à União. Existe também um fator pessoal: Yeltsin parece nunca ter perdoado a Gorbachov pelo fato de tê-lo subtraído da liderança do partido em

O projeto de Gorbachov para a formação de um Conselho Federativo, no qual cada república tenha peso igual, poderia também ser visto como uma manobra para cercar a República Russa.

1987 e hoje, como presidente da Federação Russa, não perde a ocasião de acusar Gorbachov de qualquer atraso no programa de reformas. No entanto, foram exatamente as reformas gorbachovianas da estrutura política que permitiram Yeltsin sobreviver politicamente e reconquistar posições de primeiro plano. O projeto de Gorbachov para a formação de um Conselho Federativo, no qual cada república tenha peso igual, poderia também ser visto como uma manobra para cercar a República Russa. De qualquer modo, Yeltsin manifesta uma oposição clara. Deve-se considerar também que a nova organização autônoma do Partido Comunista na República Russa é hoje dominada pelos conservadores, capitaneados por Ivan Polozkov, conhecido por ter suprimido as empresas cooperativas — recém formadas — na província de Krasnodar.

Sempre mais freqüentemente — seja em privado como em público — os cidadãos soviéticos expressam medo do caos, da guerra civil ou de um golpe militar de Estado, se a crise econômica e a das nacionalidades não se resolverem legal e democraticamente. Migranyan fala do "abismo para o qual estamos correndo a todo vapor". Na realidade, não existe nenhum precedente na história soviética de uma tomada de poder por parte dos militares e/ou da polícia secreta. Até hoje, o controle político do partido os manteve sempre leais à direção.

Mas é também verdade que no programa de reformas está incluído um redimensionamento do papel do partido no seio das Forças Armadas. A isso devem ser acres-

centados os protestos dos altos escalões com relação aos cortes das despesas militares, a retirada da Europa oriental, a diminuição complexiva de seu prestígio, a perspectiva de se verem abandonados em uma economia em ruína. Por isso, uma intervenção na crise política atual se torna fundamental e plausível. Rick Atkinson e Gary Lee, correspondentes do *The Washington Post*, escreveram em um artigo de 18 de novembro passado: "As Forças Armadas estão destinadas a se tornarem a primeira e maior vítima do esforço inexorável de desmilitarização de uma das sociedades mais marciais do mundo".

O golpe de Estado do general Jarulzeski na Polônia em 1981, apoiado pelos soviéticos, é um exemplo do que poderiam fazer os militares, não obstante possa parecer que não tenham a capacidade de manter parado o relógio da história por mais tempo quanto Jarulzeski conseguiu. Na situação de desmoralização em que se encontram, tolhidos de sua maior razão

de ser, e dilacerados em seu interior por uma hostilidade aberta entre as tropas de nacionalidades diferentes, os militares soviéticos não parecem ter uma idéia clara de alternativa na situação atual. A ameaça que paira no processo de democratização começado por Gorbatchov é, mais exatamente, a de transformar os seus protagonistas em vítimas do seu próprio sucesso, como aconteceu com a democracia russa de 1917. Uma vez libertados dos reflexos condicionados de obediência a uma autocracia repressiva, os cidadãos do Império — hoje como ontem — responderam com uma verdadeira e própria orgia de comportamentos democráticos, ultrapassando o limiar mínimo de disciplina social no trabalho, na administração pública e no mundo militar. Neste momento, a descentralização chegou a tal ponto que um bairro de Moscou está brigando com o soviete da cidade pela administração do Teatro Bolshoi. Os cidadãos das repúblicas são muitas vezes encorajados pelos próprios dirigentes a não cumprirem a convocação para

o serviço militar fora de sua república.

Na situação atual, prever as saídas da crise é difícil, tanto para os comentaristas soviéticos, como para os observadores ocidentais. Gorbatchov perdeu progressivamente o amplo apoio necessário para guiar as forças sociais que ele próprio libertou. Uma coalisão de reformadores pode conseguir segurar, se não todas, algumas das minorias nacionais no âmbito da União. De qualquer modo, Gorbatchov continuará a ser indispensável aos reformadores e às minorias para esconjurarem uma reação nacionalista russa. Esta última, poderia também unir os militares, os conservadores do partido, os intelectuais de direita e a Igreja ortodoxa, com uma forte sustentação por parte da classe trabalhadora da República Russa.

De qualquer forma, a União Soviética encontra-se perante uma histórica encruzilhada, na qual o futuro, pacífico ou sangrento, estará nas mãos de um povo que hoje perdeu tanto o medo como a paciência.